Clipping Diário

TJPI

02/10/2019

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 Graus	1.º/10/19		

Por meio do Skype · 01/10/2019 - 12h30

Corregedoria implanta cartas precatórias por videoconferência no Piauí

A Corregedoria Geral da Justiça inaugurou nesta terça-feira (01/10), as audiências de cartas precatórias por videoconferência no Piauí. Na 10ª Vara Criminal de Teresina, o juiz de Campo Maior, Muccio Miguel Meira ouviu, na sua própria unidade, duas testemunhas de um caso que investiga porte ilegal de arma durante uma abordagem policial naquela cidade, em 2016. A ferramenta Skype of Business e todos os equipamentos para implantação do sistema foram providenciados pela Corregedoria, que também está dando suporte para que as audiências virem rotina na unidade judiciária.

De acordo com o Corregedor Geral da Justiça, a meta é que todas as cartas precatórias, criminais ou cíveis, passem a ser realizadas através desse sistema. “As audiências por videoconferência são um passo essencial que o Poder Judiciário vem dando rumo à melhor produtividade. Nosso material humano, apesar de muito competente, não dá conta da vazão aos processos, que só crescem. Por isso precisamos aliar a tecnologia ao nosso trabalho, diminuindo distâncias e criando estratégias mais inteligentes. Por outro lado, o fato do próprio juiz deprecante (da comarca que tramita o processo originário) poder fazer as perguntas diretamente aos réus ou testemunhas, torna o julgamento mais assertivo, uma vez que eles conhecem os fatos de forma mais aprofundada”, argumenta o Corregedor.

A meta da Corregedoria é que as comarcas do interior organizem suas cartas precatórias para que suas oitivas e interrogatórios sejam realizados ao mesmo tempo, em uma agenda conjunta de todos agentes os envolvidos no processo judicial. “Com o devido planejamento e organização, será dada vazão às cartas precatórias de modo a otimizar o trâmite processual, diminuindo a espera e os custos”, diz Fernanda Lima Castelo Branco, servidora da CGJ, responsável pela implantação do sistema.

Para o juiz titular da 10ª Vara, Antônio Lopes de Oliveira, que abriu oficialmente a audiência, o novo sistema vai acelerar o andamento de processos tanto dos que dependem de carta precatória para a capital, quanto de crimes de ordem tributária do Estado. “A 10ª Vara recebe cartas precatórias

de todo país, além de julgar os processos que são os da própria unidade. Processos que demoravam meses, agora poderão ser resolvidos de forma muito mais rápida”, explica o magistrado.

Por mês, cerca de 500 novas cartas precatórias chegam à 10 ª Vara. “O número é grande e crescente. Ao diminuir a sobrecarga das cartas precatórias, todos ganham e vamos poder nos dedicar ainda mais às matérias de origem da Vara, que são os de ordem tributária, econômica e crimes contra o consumidor de todo estado do Piauí. São processos complexos, que precisam de uma grande dedicação”, destaca o juiz

Cartas Precatórias

A carta precatória é o instrumento por meio do qual o juiz solicita a outro de comarca diferente que realize, em sua respectiva jurisdição, uma diligência ou um ato processual necessário para processo que está em andamento na sua jurisdição. A carta precatória criminal pode ser utilizada para citação de réu, oitiva de testemunha e realização de exame pericial, dentre outros.

Atualmente, as cartas precatórias criminais de todo país para Teresina são direcionadas para a 10ª Vara Criminal da capital, com exceção daquelas que dizem respeito á Lei Maria da penha, crimes cometidos por Militares e ato infracional (crimes cometidos por menores de idade).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Direito Global	1.º/10/19		

Carta precatórias

A Corregedoria Geral da Justiça inaugurou as audiências para cumprimento de cartas precatórias por videoconferência no Piauí. Na 10ª Vara Criminal de Teresina, o juiz de Campo Maior, Muccio Miguel Meira, ouviu, na sua própria unidade, duas testemunhas de um caso que investiga porte ilegal de arma durante uma abordagem policial naquela cidade, em 2016.

A ferramenta Skype of Business e todos os equipamentos para implantação do sistema foram providenciados pela Corregedoria, que também está dando suporte para que esse tipo de audiência vire rotina nas unidades judiciárias do estado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 Graus	1.º/10/19		

Adiado pela 2ª vez · 01/10/2019 - 16h03 | Última atualização em 01/10/2019 - 16h23

Julgamento de recurso no Caso do assassinato do ex-vereador Emídio Reis será mais uma vez adiado

---

O julgamento de um recurso contra a sentença de pronúncia interposto pelos acusados pelo bárbaro assassinato do então vereador do município de São Julião, Emídio Reis, previsto para ocorrer próxima semana, será mais uma vez adiado.

Por motivo de viagem do relator desembargador do caso Pedro de Alcântara Silva Macêdo.

Um dos que recorreram da sentença de pronúncia é o acusado de ser o mandante do crime, o ex-prefeito do município José Francimar Pereira.

Mas cedo o blog havia anunciado **o julgamento do recurso em sentido estrito (RESE) para esse dia 2 de outubro** na 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Piauí.

Os acusados discordam da sentença de pronúncia que os remeteram a julgamento pelo Tribunal Popular do Júri.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Pauta Jurídica	30/09/19		

Advogado que espancou médico em Parnaíba é condenado a 2 anos 7 meses

A sentença em desfavor do advogado parnaibano foi assinada pela juíza Maria Ivani de Vasconcelos da 1ª vara criminal da Comarca de Parnaíba.

O advogado Mickael Brito de Farias que espancou o médico Andrei Lages Gonçalves em 19 de dezembro de 2015, numa lanchonete localizada na av São Sebastião na cidade de Parnaíba, foi condenado a dois anos e sete meses de reclusão.

Segundo narra a exordial, os acusados em comunhão de vontade e esforços, no dia 19 de dezembro de 2015, por volta das 05:30 horas da manhã, na "Lanchonete Sanduba's", situada na Av. Sebastião, nesta cidade, quase ceifaram a vida da vitima ANDREY COSTA LAGES GONÇALVES, com chutes, socos, e pontapés, de acordo com o exame de corpo e delito.

Para o juiz a pena não deve ser diminuída: “inexistem causas de diminuição da pena, porém em razão do aumento do art. 29 do Código Penal, aumentam em mais 1\3, ficando em definitivo em dois anos, um mês e vinte e sete dias de reclusão”, diz a sentença.

Para a juíza Maria do perpetuo Socorro Ivani de Vasconcelos, da 1ª Vara Criminal da Comarca de Parnaíba , as circunstâncias judiciais desfavoráveis ao acusado a pena deverá ficar acima do mínimo legal.

A sentença que condenou o advogado Mickael Brito de Farias narra que tendo em vista que o delito de lesão grave prevê abstratamente a pena de reclusão, de um a cinco anos, e que existem circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu.

A vitima habilitou como assistente de acusação o advogado Celso Gonçalves Cordeiro.

VEJA NA ÍNTEGRA A SENTENÇA:

Nossa reportagem não conseguiu localizar o advogado Mickael Brito. Mas o espaço está reservado para sua maniefestação.

Fonte: **REDAÇÃO**

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Jornal Meio Norte	2/10/19		

JORNAL meionorte

EM APENAS 3 MESES

PLENÁRIO VIRTUAL JULGA MAIS DE MIL PROCESSOS

Mais de mil processos já foram julgados no Plenário Virtual do Tribunal de Justiça do Piauí, por meio do sistema processo judicial eletrônico, desde sua implantação, no dia 7 de junho. POLÍTICA 3

PRÉ-SAL
Dinheiro será usado em obras e déficit

RIO POTI
Poluição aumenta e aguapés retornam

COLUNA
Piauí pode ter bancada do axé

ANUXA
Jovem atropelada tem alta médica

NOITE
PAULO E JÔ MACHADO EM NOITE DE ALTAR

NOVA LEI
ESCOLAS MUDARÃO DE NOME NO PIAUÍ

AVENIDA
Quiosque é destruído pelo fogo na capital